

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CAMPUS PIRES DO RIO  
CURSO DE HISTÓRIA**

**O PORTO DA EULÁLIA: Descendentes do Anhanguera às Margens do Rio  
Corumbá-GO (1840 a 1909)**

**PAULO SAMPAIO**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MARILENA JULIMAR FERNANDES**

**PIRES DO RIO  
2017**

**PAULO SAMPAIO**

**O PORTO DA EULÁLIA: Descendentes do Anhanguera às Margens do Rio  
Corumbá-GO (1840 a 1909)**

Monografia apresentada ao Curso de História da  
UEG/Campus Pires do Rio, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>.  
Marilena Julimar Fernandes.

**PIRES DO RIO  
2017**

**PAULO SAMPAIO**

**O PORTO DA EULÁLIA: Descendentes do Anhanguera às Margens do Rio  
Corumbá-GO (1840 a 1909)**

Monografia submetida à Comissão Examinadora como requisito parcial para obtenção  
do grau de Licenciado em História.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Marilena Julimar Fernandes (Orientadora)  
Universidade Estadual de Goiás – Câmpus de Pires do Rio-Go

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Bruno Tadeu Sales (Examinador)  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Laiane Fernandes Jeronimo (Examinadora)  
Universidade IFGoiano /Ipameri-Go

Resultado: \_\_\_\_\_

**PIRES DO RIO/2017**

## LISTA DE IMAGEM

<b>Imagem 01:</b> Goiás-1822.....	22
<b>Imagem 02:</b> Estação de Roncador.....	23

## AGRADECIMENTOS

Sei que, por mais que tente agradecer, as palavras não conseguem expressar a gratidão que tenho por todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento do presente trabalho.

Agradeço, primeiramente, a Deus, Onisciente Senhor, que me deu força para trabalhar nessa pesquisa e sobre tudo em concluí-la.

Aos familiares e amigos que me incentivaram, de forma especial minha mãe Rosalina de Lourdes Sampaio “instrumento Divino” quando nos momentos de desânimo e dificuldade nunca perdeu a ação incentivadora e o uso das palavras sábias a fim de que eu não desistisse. .

A Professora Doutora Marilena Julimar Fernandes que, com paciência orientou-me, oferecendo suporte durante a pesquisa e a produção do texto.

Ao professor Doutor Bruno Tadeu Salles e a professora Mestre Laiane Fernandes Jeronimo, pela participação na banca examinadora e, principalmente, pelas considerações pertinentes que muito contribuíram para o desenvolvimento e término do trabalho.

Ao jornalista Carlos Novais que no momento não sei onde se encontra. Sua cooperação foi exímia quando anteriormente, ao passar por Pires do Rio contribuiu com seu conhecimento cultural em diversas publicações e que agora serviu-me como suporte.

Aos descendentes de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera que ainda residem na região de Pires do Rio cujo sangue se estende nas famílias Souza Lobo, Caiapó Pitaluga, Sampaio, Nunes e Carneiro, abrindo um espaço a memória de Geminiano Anhanguera Carneiro (Gemi) último a usar o sobrenome do bandeirante e que conforme nasceu, também foi sepultado em terras piresinas.

## **RESUMO**

A presente monografia tem como tema O Porto da Eulália: Descendentes do Ananguera às Margens do Rio Corumbá-GO (1840 a 1909) e os objetivos propostos serão discutir como viveu Eulália Ananguera e sua filha Alzira Cassimira do Espírito Santo no Porto da Eulália entre os anos de 1840 e 1909, compreendendo o papel dessas duas senhoras no assassinato de Manoel de Souza Lobo, analisando como as mesmas passaram a ser vistas pela sociedade após o homicídio, problematizar assim os motivos que influenciaram o crime. O recorte temporal justifica-se, pois, por volta de 1840, os bandeirantes, em especial, o Ananguera e sua família já haviam chegado à região cujas terras faziam parte do julgado de Santa Cruz de Goiás. Bartolomeu Bueno da Silva, o Ananguera adentrou às terras goianas e adquiriu a permissão para desbravar as terras interioranas de Goiás para povoamento e uma dessas regiões ficou conhecida como o Porto do Ananguera, posteriormente Porto da Sinhazinha, e por último Porto da Eulália, localizado hoje na divisa entre os municípios de Urutai e Pires do Rio, basicamente no Roncador onde hoje situa a Estação da Estrada de Ferro. Na produção textual, recorrer-se-á autores que trabalharam o tema “Bandeirantes”, entre eles, Pacheco (2008), Borges (1980), Valle (2015), entre outros.

**Palavras Chave:** Mulheres Anangueras – Porto de Eulália – Assassinato

## **Abstract**

This monograph has as its theme The Port of Eulália: Descendants of Anhanguera on the banks of the Corumbá-GO River (1840 to 1909) and the proposed objectives will be to discuss how lived Eulália Anhanguera and her daughter Alzira Cassimira do Espírito Santo in the Port of Eulália between the years of 1840 and 1909, understanding the role of these two ladies in the murder of Manoel de Souza Lobo, analyzing how they came to be seen by society after the murder, thus problematizing the motives that influenced the crime. The time cut is justified, therefore, around 1840, the bandeirantes, in particular, the Anhanguera and his family had already arrived in the region whose lands were part of the court of Santa Cruz de Goiás Bartolomeu Bueno da Silva, the Anhanguera enter to the lands of Goiás, and one of these regions was known as the Port of Anhanguera, later the Port of Sinhazinha, and finally the Port of Eulália, located on the border between the municipalities of Urutai and Pires do Rio, basically in the Roncador where today it locates the Station of the Railroad. In the textual production, we will resort to authors who worked on the theme "Bandeirantes", among them, Pacheco (2008), Borges (1980), Valle (2015), among others.

**Keywords:** Anhangueras Women - Port of Eulália - Murder

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1- BREVE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DOS BANDEIRANTES EM GOIÁS .....</b>	<b>12</b>
<b>2. BUENAS ANHANGUERAS.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 O Porto da Eulália .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 Senhoras Anhangueras: Eulália e Alzira Cassimira do Espírito Santo .....</b>	<b>28</b>
<b>2.3 O crime .....</b>	<b>33</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>LISTAS DE FONTES.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

O tema O Porto da Eulália: Descendentes do Anhanguera às Margens do Rio Corumbá-GO (1840 a 1909) foi escolhido por considerá-lo inédito, ou seja, não se tem conhecimento de nenhum trabalho desenvolvido pela Universidade Estadual de Goiás sobre tal assunto e também por se tratar de algo que possui cunho de história ligado a historiografia goiana principalmente ligado a minha terra Pires do Rio, pois aqui o bandeirante e seus descendentes diretos viveram seus últimos dias.

Muitos já pesquisaram sobre os Bandeirantes em Goiás, no caso, Bartolomeu Bueno da Silva, mas sobre suas descendentes, as senhoras Eulália Bueno de Araújo Anhanguera (22/07/1825-16/11/1909) e sua filha Alzira Cassimira do Espírito Santo (1842-1872), que juntas viveram às margens do Rio Corumbá, até o momento não se tem conhecimento de estudos sobre as mesmas.

Em relação ao recorte temporal, ou seja, a escolha dos anos de 1840 a 1909, deu-se porque foi nesse período que ocorreu o auge das acusações contra o Bandeirante, e uma série de problemas os quais se envolveram os descendentes do Anhanguera e o assassinato de Manoel de Souza Lobo que casou-se com Dona Alzira Cassimira do Espírito Santo, filho de Eulália Bueno.

Os objetivos propostos serão: Discutir como viveu Eulália Anhanguera e sua filha Alzira Cassimira do Espírito Santo no Porto da Eulália entre os anos de 1840 e 1909; compreender o papel dessas duas senhoras no assassinato de Manoel de Souza Lobo; discutir como as mesmas passaram a ser vistas pela sociedade após o homicídio; problematizar os motivos que influenciaram o crime.

Nesse sentido a problemática proposta será: Como foi a vida das senhoras Eulália Anhanguera e de sua filha Alzira Cassimira do Espírito Santo no conhecido Porto da Eulália? Qual o envolvimento das duas senhoras no crime que teve como resultado a morte de Manoel de Souza Lobo? esposo de Alzira.

Para responder a problemática utilizar-se a obra de Moisés Santana “Vida e Obra” (1980), mas somente os seguintes capítulos: A família do Anhanguera, A velhice de Bartolomeu, As conquistas do Anhanguera, o casamento de Alzira com Manoel

Souza Lobo, o julgamento de Alzira pelo envolvimento na morte de seu esposo, e os descendentes de Alzira e Manoel.

Seria muito válido o uso de fontes orais na produção desse trabalho, porém devido ao período que aconteceram os fatos que serão narrados não existem mais pessoas que possam fazer tais relatos, nem mesmo os descendentes de Dona Alzira, que vivem na região possuem conhecimento da história do assassinato de Manoel de Souza Lobo, levando em consideração que utilizaremos fontes escritas. É importante uma discussão sobre a utilização desse tipo de documentos para a produção do conhecimento e nesse aspecto, Vilar (2016) enfatiza que:

As fontes escritas ainda são as mais comuns no estudo da História, e de certa forma as com mais clareza de entendimento, pois as fontes materiais não-escritas e as fontes imateriais cobram do historiador ou do pesquisador um nível mais apurado de atenção e abstração, elas são mais subjetivas, pois em alguns casos é preciso ter uma capacidade de raciocínio de se enxergar além do visível, ou seja, ver para além do que está palpável ou impalpável diante de si. (VILAR, 2016, s/n)

O intuito não é de aspirar por completo essa ideia de Vellar, 2016, como o “mais comum” e sim de aproveitar algo dentro desse seu pensamento. Não seria usar a fonte escrita como um modo mais fácil de desenvolver um conteúdo, e sim de forçá-la a oferecer meios, os quais o “momento” não oferece (no caso, a oralidade). Seria trabalhar com a necessidade sem dispensar a capacidade de argumentar.

E para realizar a pesquisa será necessário recorrer a arquivos e livros, já o que o pesquisador ao buscar de “suas pistas” faz um trabalho de detetive iniciando com a discussão sobre a utilização dos discursos jornalísticos como fonte para a produção do conhecimento do Historiador, pois Moisés Santana é um jornalista e, nesse sentido, recorre-se a leitura de Luca (2006) que lembra - nos:

Um jornalista é alguém que observa o mundo e o seu funcionamento que, diretamente o vigia muito de perto, que faz ver e rever o mundo, o acontecimento. E não consegue fazer esse trabalho sem julgar o que vê. É impossível. Em outras palavras a informação total é um logro total, uma impostura. (LUCA, 2006, p. 139)

O discurso jornalístico é importante, pois é uma fonte para compreensão da investigação histórica, revendo os acontecimentos, comprovando sua possível

veracidade. Diante desse contexto, percebe-se que jornalista, antes de relatar por escrito, procura apenas conhecer a causa, nem sempre a pesquisa, mas normalmente entrevista pessoas que presenciaram a circunstância ou conviveram com os membros da família, para então analisar os fatos, mesmo assim, o jornalismo é uma reconstrução das fontes.

Todavia o jornalista para analisar os fatos precisa elaborar estratégias de observação e produção para então, evidenciá-las e transmitir mensagens do que foi investigado, pois, é o “trabalho de operar sobre vários discursos que resulta nas construções, que no jargão jornalístico, representam notícias.” (AUGUSTI, 2005, p. 55). Portanto o discurso jornalístico resulta de uma “linguagem discursiva, formada por várias organizações e ações midiáticas, pois são construídos dos recursos confrontados com a realidade”. (AUGUSTI, 2005, p.34). Assim, podemos compreender que, de certa forma, a utilização de diferentes tipos de documentos está associada à interdisciplinaridade, como nos mostra a autora Samara (2007):

A utilização de registros diversos comprova, assim, que o avanço da ciência histórica está intimamente associado à interdisciplinaridade, isto é, à incorporação de métodos e técnicas de outras áreas do conhecimento. (SAMARA, 2007, p. 118).

Nesse sentido, observa-se que os documentos escritos demonstram não só como determinadas pessoas forjaram a sociedade em que viviam, mas também, como pensa, sente e como se estabeleceram no tempo e no espaço. “As fontes históricas são o material o qual os historiadores se apropriam por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas para tecerem seus discursos históricos”. (PINSK, 2005, p.7).

Diante desse contexto, o historiador, ao trabalhar com fontes históricas escritas, deve analisar e observar as interpretações contextualizadas, buscando a compreensão do significado de fonte, pois, enxerga o passado como algo que serve para compreender os homens do passado, estabelecendo a relação com o presente. Nesse contexto, Silva e Silva (2009) enfatizam que:

Fonte histórica, documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. O termo mais clássico para conceituar a fonte histórica é documento. Palavra, no entanto, que, devido às concepções da escola metódica, ou positivista, está atrelada a uma gama de ideias preconcebidas, significando não apenas o registro escrito, mas principalmente o registro oficial. (SILVA; SILVA, 2009, p. 158).

As fontes históricas que antes eram consideradas documentos jurídicos ou coleções coletivas, hoje, através da historiografia apresenta um novo conceito que permitirá investigar aquilo que foi deixado e que servirá para subsidiar e enriquecer o trabalho científico que será analisado. Portanto, a pesquisa se dividirá em dois capítulos, o primeiro far-se-á um breve histórico sobre os bandeirantes em Goiás, e o segundo apresentará relatos sobre os descendentes do Anhanguera na região do Rio Corumbá, enfocando a morte de Manoel Sousa Lobo.

## **1-BREVE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DOS BANDEIRANTES EM GOIÁS**

O presente capítulo tem como objetivo tecer breves comentários sobre a chegada dos bandeirantes em Goiás, uma vez que a proposta do trabalho será discutir como viveram as senhoras Eulália Anhanguera e sua filha Alzira Cassimira do Espírito Santo no Porto de Eulália entre os anos de 1840 e 1909, ambas descendentes do bandeirante conhecido como Anhanguera.

Para alguns memorialistas os bandeirantes eram considerados gigantes, que deixavam sua família, “desbravando sertões cumprindo ordem da Coroa, para descobrir metais e pedras preciosas”, escravizando índios para então enriquecer Sua Majestade. Eram homens que se enrijeciam ,porém sentiam falta de sua casa e da mesma forma dos filhos e esposa que deixou, tendo assim, que esconder seus sentimentos para serem duros e cumpridores de sua missão, pois a participação em uma bandeira ou no apresamento de índios não eram atos passíveis (OLIVEIRA, 1929: 52). “Suas mulheres eram proprietárias de poucos e escassos bens e escravos. Dedicavam-se aos afazeres domésticos e às roças, cuidando dos próprios filhos e da prole ilegítima dos esposos”. (OLIVEIRA, 1929: 52).

Eram homens principalmente de origem paulistas, que entre os séculos XVI e XVII atuaram na captura de escravos fugitivos, aprisionamento de indígenas e outras tarefas relacionadas e, também na procura de pedras e metais preciosos pelo interior do Brasil. Borges, (1980 p. 238) diz que a que muitos homens ficaram doentes durante essa viagem, enfraqueciam a memória e que a bandeira devastou o sertão goiano por aproximadamente três anos.

Na produção desse texto, recorrer-se-á autores que trabalharam o tema “Bandeirantes”, entre eles, Pacheco (2008), Borges (1980), Valle (2015), entre outros. De acordo com Pacheco (2008), a figura do “Bandeirante” foi colocada na historiografia goiana como fundadora de uma sociedade. A bandeira era uma expedição organizada militarmente, formada por uma sociedade comercial, ou seja:

O bandeirante é um personagem histórico bastante avultado. Seu protagonismo é recorrente, nos livros de história mais convencionais, fazendo com que sua figura dominante sobrepuje outros importantes atores históricos do Brasil Colonial. (PACHECO,2008, p.21)

Pode-se perceber que a visão idealizadora dos bandeirantes nos “livros de história mais convencionais” (PACHECO, 2008, p.21) são destacados como personagens históricos, pois “desbravaram sertões, fazendo trilhas, conquistando selvagens e colonizando terras, marcando sua figura heroica”. (PACHECO, 2008, p.34). Sobre a mesma questão Borges (1980) lembra que, “Bartolomeu Bueno da Silva, descobriu as terras de Goiás” sem medo desbravou as terras goianas (BORGES, 1980, p.236) se fixando nas terras do Corumbá (Roncador e Santa Cruz).

Ainda sobre o mesmo assunto, Siqueira (2006 p.215) faz referências de notícias do Julgado de Santa Cruz, (o julgado, segundo Paraguassú, em conversa informal, era o termo jurídico em que se usava ao local onde havia um Fórum, no caso, Santa Cruz era a sede jurídica, cabeça do Julgado sendo a sede administrativa de todo Sul goiano). Por ordem do Governador da Capitania de Goiás em documento expedido pela Secretaria do Governo em 13 de dezembro de 1782 que se encontrava no arquivo de Santa Cruz e que foi transferido para o Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás nos primeiros anos da década de 1960, datado do ano de 1783, seu termo diz:

O Rio Corumbá que passa em canoa é rico pelo ouro e mesmo sem fábricas grandes lhes estavam feitos serviços. Foi descoberta sua riqueza por faiscaidores e no tempo do verão, se o inverno antecede não foi de muitas aguadas se lhes extraem muitas oitavas destas entaipavas que descobre em os baixios. (Apud SIQUEIRA, 2006, p. 218)

Então, percebe-se que, naquelas imediações, por volta de 1824, Bartolomeu Bueno da Silva (o Filho ), deixou seus descendentes não no papel anterior de aprisionar índios, mas para “dar sequência ao seu desbravamento, ou seja, dar continuidade de prosperar a propriedade do Porto do Corumbá”. (BORGES, 1980, p. 239). Lembrando que, segundo Pacheco (2008):

A expedição das bandeiras era formada por grupos humanos nada democráticos, marcados por violências brutas de massacres, pois caçavam índios como animais, capturando-os para o trabalho forçado, fazendo-o de escravos. As expedições bandeiras além de capturar os índios e procurar por pedras e metais preciosos ficaram historicamente conhecidas como os responsáveis pela conquista e povoamento de grande parte do território brasileiro. Apesar de violentos, os bandeirantes foram grandes desbravadores de sertões. (PACHECO, 2008, p. 40)

Percebe-se que os bandeirantes escravizavam os índios para fazer o trabalho pesado na procura de pedras preciosas, abrir caminho para colonização de terras e assim, parecia tornar necessária a ideia de uma “continuação” desse projeto colonizador.

Bruno (1966) diz que o bandeirante não somente era um escravizador de índios, nem uma raça de gigantes, ou seja, para o referido autor, “é necessário que se ponha de lado [...] tanto a afirmativa, por exemplo, de que o bandeirante era um sórdido explorador do bugre, como aquela outra, oposta, de que ele pertencia a uma raça de gigantes.” (BRUNO, 1966, p. 06).

Paraguassú, (2014, p.235), fala que a história dos bandeirantes em todo Brasil foi marcada por ascensão e quedas, prestígio e ostracismo. Em seguida, Paraguassú faz crítica aos espaços goianos onde a imagem do bandeirante predomina através de monumentos como praças, escolas e até mesmo na bandeira do estado, o que a figura no imaginário do povo de Goiás como um herói.

Bartolomeu Bueno da Silva, o filho nasceu em 1670 e em 1718 estabeleceu-se às margens do Rio Meia Ponte e foi nomeado capitão-mor das minas de ouro por Dom João V em 1720, pois “não tinha medo de desbravar terras que antes ninguém adentrou” (BORGES, 1980, p. 237) Em 26 de julho de 1725 chegou a Aldeia dos índios Goyazes logo após fundou o arraial de Santana, atualmente conhecida como cidade de Goiás, ou Goiás Velho e ali recebeu o título de Coronel do Regimento da Cavalaria de Goiás.

Durante o desbravamento de sertões no território brasileiro, os mantimentos dos bandeirantes muitas vezes acabavam, sendo assim, eram obrigados a montar acampamentos para e fazer reposição do estoque. Esses acampamentos, muitas vezes, davam origens a pequenos arraiais e, alguns se transformavam em vilas depois municípios conforme aconteceu às margens do Rio Vermelho.

Foi ali, naquele local, que iniciaram as acusações de roubo e de sonegação de impostos contra Bartolomeu Filho. Provavelmente, esses locais que acabavam possuindo um certo aglomerado de pessoas, existiam alguns indivíduos que estavam mantendo os olhos nas atitudes dos outros, e ali, não tenha faltado a presença daquele que estava monitorando o comportamento do Bandeirante e que o denunciou à corte portuguesa.

Segundo Paraguassú, (2014) os Anhangueras passaram na esteira do tempo devido os vexames e conflitos que viveram e que denúncias levou o Conselho Ultramarino a reter quase todos seus direitos e suas competências foram fragmentadas

em novas denominações e cargos. A partir deste fato, Bartolomeu começou a perder prestígio junto à coroa e sua autoridade foi lentamente se tornando limitada através das imposições feitas pelos delegados do rei. Mas mesmo sendo acusado de corrupção, de acordo com Valle (2015), persistiu em suas lutas internas e as suspeitas sem comprovação de contrabando foi levado ao estabelecimento de uma ouvidoria, ficando ele destituído de suas forças. Com a perda dessas vantagens, o bandeirante “diabo velho”, segundo o autor, morreu pobre e sem poder. Nesse mesmo sentido, Borges (1980) enfatiza que:

Vítimas de continuadas preterições dos governos coloniais, que dia a dia foram cerceando autoridade, suprimindo - lhes as regalias e reduzindo as faculdades asseguradas pelas promessas e pelos compromissos escritos da Metrópole, os Anhangueras passaram a decair e entraram a sofrer dificuldades, que se agravaram com a crise da mineração. Tornaram – se pobres. Bartolomeu Bueno o capitão-mor desenvolvia na velhice, a sua apoucada atividade, ora no Arraial de Sant’Ana, a braços com as contingências. (BORGES,1980, p. 238)

Este Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, segundo Borges 1980, p. 239 foi até Lisboa denunciar o governador de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel por perseguir seus pais, tios e parentes. Na ocasião, a Rainha expediu uma carta a seu favor, outorgando-lhe os direitos de passagem por mais três vidas dos Rios: Jaguarí, Atibaia, Grandes, das Velhas e Corumbá. Borges, 1980 afirma que “houve falta de lisura” por parte das promessas da metrópole, o que levou os Anhangueras a receber apenas os direitos às passagens do Rio Corumbá (quando o autor usa o termo “três vidas” está se referindo a três gerações, iniciando por ele Bartolomeu Filho).

Valle exalta o papel dos bandeirantes dizendo que eles foram escolhidos pela Coroa Portuguesa, “por serem corajosos, desbravadores, sertanistas e pela audácia”. (VALLE, 2015, p. 162). Nesse sentido, chegaram ao Brasil e, no caso, proposto para a pesquisa em Goiás, em busca de riqueza na Colônia Brasileira a serviço da Metrópole Portuguesa.

A coragem a qual Valle (2015) se refere ao bandeirante, provavelmente está vinculada também ao destemor, pois da - se a impressão que ao ter ousadia, conforme fez Bartolomeu Filho acusando o governador de São Paulo, acabou obtendo certas vantagens perante a coroa conseguindo de uma forma oficial o direito de mais três vidas no Porto do Corumbá.

Para discernir melhor esse impulso de “coragem”, torna-se necessário voltar um pouco atrás para compreender quais foram os motivos que incentivou o bandeirante percorrer o território goiano, quando a “ambição” parece ser o ponto central da história. No ano de 1682, o sertanista (bandeirante) Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera pai) organizou uma Bandeira rumo ao sertão brasileiro com seu filho de 12 anos de idade “rompeu mato adentro” (BORGES, 1980, p. 234) e chegou ao interior do Brasil.

Os primeiros bandeirantes já percorriam este território em busca de ouro e de aprisionar índios desde o século XVII, saindo de São Paulo e chegando, com alguma frequência, até o extremo norte de Goiás, usando os rios Paranaíba Tocantins-Araguaia como meio de transporte e voltando pelo rio Tietê, em uma viagem que poderia demorar até três anos, segundo os relatos de Palacin e Moraes (1989). Ainda sobre a presença de bandeiras nesse território, Salles (1992) destaca que aproximadamente catorze expedições de bandeiras, entre o final do século XVI e a segunda metade do século XVIII, adentraram no sertão goiano. (CAMPOS JÚNIOR, 2014, p.25-26)

A região goiana era habitada pelos índios da etnia Goya ou Goyazes. Na ocasião, segundo Campos Júnior (2014 a história dos índios Goyazes parece não ser muito conhecida), alguns relatos falam serem eles violentos e que os desbravadores os temiam e que desapareceram por surto de cóleras e confrontos com bandeirantes paulistas e o nome se refere a indígenas que estavam na região de Vila Boa às margens do Rio Vermelho quando portugueses ali chegaram por volta de 1736.

Percebendo que os índios estavam usando adornos que possuíam pequenos pedaços de ouro, mito ou não teria atado fogo a uma batedeira cheia de aguardente para forçar os índios a lhe mostrar onde eles haviam encontrado o precioso mineral, com medo os índios o apelidaram de Diabo Velho conforme relata. (CAMPOS JÚNIOR, 2014, p. 26)

Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido pelo apelido de “Anhanguera” ou “Diabo Velho”, de acordo com Campos Júnior (2014) era um dos mais violentos, brutais e temidos bandeirantes paulistas, chegando ao ponto de marcar com ferro em brasa seus prisioneiros. “O velho Bartolomeu não desistia de encontrar ouro, sempre desbrava regiões em busca de vestígios de ouro”. (CAMPOS JUNIOR, 2014, p. 34)

Anhanguera Pai voltou a São Paulo com planos de formar uma nova bandeira e retornar à região onde tinha encontrado vestígios de ouro para melhor investigá-la, mas morreu antes de conseguir seu intento. Com a morte de Bartolomeu

Bueno, seu filho Bartolomeu Bueno da Silva (o filho) tentou refazer a expedição de seu pai cerca de 40 anos depois.

O Anhanguera (filho) como ficou conhecido, conseguiu encontrar e explorar ouro nas margens do Rio Vermelho, e a ele foi atribuído o papel de fundador do povoado da Barra e depois o Arraial de Sant'Anna, com a grande quantidade de ouro que foi extraído das minas. O Arraial, por sua importância econômica para a Coroa Portuguesa, foi elevado à categoria de Vila, e, em meados de 1750, foi denominado de Vila Boa de Goiás, conforme relata Campos Júnior (2014):

Bartolomeu Bueno da Silva, filho do primeiro Anhanguera, bandeirante paulista conhecido como o descobridor das terras goianas, pediu permissão ao Rei de Portugal para organizar uma bandeira que pudesse vir a Goiás em busca das minas de ouro deste território. (CAMPOS JÚNIOR, 2014, p. 260)

Existe a impressão, que Bartolomeu (filho) em suas passagens pelas terras goianas com seu pai Anhanguera, interessou-se não só pelas minas de ouro, mas também pelo lugar. Porém devido as acusações e as vergonhas as quais a família viveu foi obrigado deixar o Arraial de Sant'Ana indo para um novo espaço fixar sua nova moradia .“Foi ali , às margens do Rio Corumbá no local que ficou denominado Porto do Anhanguera, sito três quilômetros da” hoje” estação do Roncador da Estrada de Ferro que se fixou o coronel Bartolomeu Bueno da Silva, filho do descobridor de Goiás”. (BORGES, 1980, p. 239).

O autor, ainda nos lembra que a primeira propriedade agrícola pastoril que os bandeirantes realizaram na região foi localizada abaixo do Porto cerca de dez quilômetros e que ali, Bueno, deixou alguns parentes e escravos. Depois , percebendo que o local não era favorável , transferiram para o Porto toda vida dessa propriedade.

De acordo com os textos dos autores trabalhados, pudemos observar e veremos à frente que o nome “Bartolomeu” é uma continuidade nessa família, às vezes repetindo o nome por inteiro, outras vezes com pequenas mudanças nos sobrenomes.

Para melhor compreender “quem é quem”, entendemos que, uma pequena genealogia traria maior clareza ao leitor iniciando-a pelo primeiro Bartolomeu Bueno da Silva que teve dentre seus filhos Bartolomeu Bueno da Silva (a quem chamaremos por Filho), que foi pai de Bartolomeu Bueno de Campos Leme e Gusmão que teve as filhas: Maria Pulcina Bueno apelidada por Sinhazinha e Mariana Fausto Bueno, que foi mãe de dona Eulália Bueno de Araújo Anhanguera. Ao que se vê, tanto nas leituras de

Paraguassú (2014), Borges (1980) e Ramos (2014), todos foram acusados: hora de ilegalidades, hora de corrupções e hora de desvios de conduta, fator que será discutido no decorrer do trabalho.

Borges, ainda diz que a morte parece ter poupado o Anhanguera (Bartolomeu Bueno da Silva-o filho) de ver as dores e vergonhas que seus familiares viveram, porém não menciona nas entrelinhas quais foram esses vexames que seus descendentes passaram, apenas cita a perda de bens, mas no geral, com a leitura de seu texto tudo leva a crer que houve algo a mais e que não foi relatado.

Segundo Palacin, (1994) apesar de sua lealdade a coroa portuguesa, Bartolomeu Filho, foi acusado de receber propina e de ser infiel ao imperador, uma vez que era exigido pelo reino que todos os bandeirantes deviam passar o quinto do ouro ou prata encontrada para a Coroa Portuguesa. Nesse sentido, Alencastre (1979) enfatiza que:

Era Bueno distinto por seu nascimento, porque descendia desse Amador Bueno, tão célebre nos anais da Capitania de S. Vicente, e como este também fiel, honrado e probo: rico de bens da fortuna, empobreceu no serviço da pátria. [...] Aquele que houvera ornado o diadema português com um brasão de inestimável preço, que tinha dado milhões aos cofres reais; que sacrificara a sua fortuna em bem do Estado e do serviço do rei, que por tantas tribulações e sofrimentos passara, - nos últimos dias de sua existência, em vez de recompensa dos seus serviços, devia ser punido com a vergonha de um sequestro por haver recebido uma esmola! (ALENCASTRE, 1979, p. 80)

Diante da acusação, Bartolomeu Filho ficou na miséria, apenas com a margem direita do Rio Corumbá. Com sua morte, a viúva, e os filhos “sofreram os azares e vexames da penhora, do sequestro de bens, de todas as violências e brutalidades do fisco colonial”. (BORGES, 1980, p. 242). Com a “organização dos distritos administrativos as terras deixadas pelo Anhanguera para seus descendentes ficaram sob jurisdição do arraial de Santa Cruz”. (PALACIN, 1994, p.13). O direito de concessão do Porto terminava em Bartolomeu Bueno de Campos Leme e Gusmão, (apud. BORGES, 1980 p. 241) e neste mesmo texto o autor não explica em pormenores, mas relata que ele carregava a culpa pela situação em que a família se encontrava, mas não oferece maiores detalhes.

Em 1825, quando Cunha Mattos retorna ao Porto do Anhanguera o qual ele o chama de “Porto do Engenho Corumbá”, faz um relato sobre a região e ali diz que Bartolomeu Bueno Campos Leme e Gusmão havia falecido a pouco tempo na cidade de São Paulo, porém Paraguassú (2014) diz que ele faleceu em Sana Cruz de Goiás.

Entende-se que a filha de Bartolomeu Bueno de Campos Gusmão, Maria Pulcina Bueno que era solteira, de acordo com Borges (1980) administrou o Porto por um tempo e que nesse período o local recebeu a nomenclatura de Porto da Sinhazinha e após sua morte, Mariana Fausta Bueno, sua irmã, ficou ali comandando a propriedade sem nenhum documento que a garantisse tal direito.

É provável que , ali , os descendentes do Anhanguera sofreram algumas pressões por parte da Corte Portuguesa a fim de que desocupassem o espaço, mas lutando pela posse do local, conseguiu através da intercessão de Caetano Maria Lopes da Gama que era presidente da Província em Goiás uma permissão para que Mariana Fausto Bueno continuasse ali. E assim aconteceu, a citada senhora persistiu no local em companhia do esposo Antônio José Alves e das filhas Eulália Bueno de Araújo Anhanguera e Exordina Bueno de Araújo Anhanguera até a morte.

Após a morte da mãe as filhas ficaram residindo no Porto. Exordina teve um matrimônio, mas não adquiriu filhos e Eulália que se casou com Joaquim José tendo apenas uma filha, Alzira Cassimira do Espírito Santo e segundo Borges (1980) Alzira tirou o sobrenome de Anhanguera.

O valoroso nome dos bandeirantes se desprezava e a filha adotava o sobrenome de Espírito Santo, incorporando-se ao rol das Conceições de Jesus, evocações com que o regresso sertanejo faz as mulheres que esqueceram o nome de seus maiores. (BORGES, 1980 apud SANTANA, 1980, p. 242)

Com organizações existentes mais tarde dos distritos administrativos e julgados judiciários, ambas as margens (sendo tanto a direita, quanto a esquerda) do Rio Corumbá continuaram sob o a jurisdição do Arraial de Santa Cruz e , ao mesmo tempo o Porto, Segundo Borges (1980) tornou-se um local que necessitava de maior atenção das autoridades e os problemas ali existentes se agravou depois do casamento de Alzira. Conota-se que existia na ocasião um problema entre Manoel de Souza Lobo (homem que casou - se com Alzira) com autoridades de Santa Cruz.

Embora suas propriedades fazendo parte de terras santacruzanas, vivendo os infortúnios do momento, os descendentes do bandeirante Anhanguera exerciam certa influência na região e o Porto dos Anhangueras continuava sendo o centro de paradas e embarcações, e com uma “Resolução de nº 4.690 de 3 de agosto de 1871”, (BORGES,1980, p. 242) concedido a Dona Eulália Bueno de Araújo Anhanguera, (bisneta de Bartolomeu Bueno da Silva – o filho ) recebeu a mesma, o direito das

passagens no porto que mudou a nomenclatura para “Porto da Eulália, num momento que já era visível e reconhecida a inferioridade moral de sangue dessa mulher devido o espírito do homem que desposara”. (BORGES, 1980, p.243).

Borges (1980), não faz maiores relatos sobre o homem com quem casou Dona Eulália, apenas diz que ele fazia parte da cavalaria da guarda de Santa Cruz de Goiás e que ali residia, e dá-se a impressão que era alguém que conforme os Anhangueras, um desprovido de bens financeiros que gastava o que não era real à sua condição e até mesmo o que não possuía, colocando a família envolvida em dívidas.

Os descendentes do Anhanguera tiveram que conservar as terras, os escravos e “gostavam de manter as aparências, e isso gerava gastos, tentando viver de acordo com a autoridade e regalias que outrora tiveram, por serem descendentes do desbravador de Goiás”, (BORGES, 1980, p. 238) assunto que irá ser tratado no próximo capítulo.

## 2. BUENAS ANHANGUERAS

### 2.1 O Porto da Eulália

Entende-se que o Porto era um local que o Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva deixou aos seus descendentes, espaço onde viviam do “direito do pedágio”. Segundo Pacheco (2008), “o pedágio, ou portagem é um direito de passagem pago mediante taxa ou tarifa (preço público) à autarquia ou concessionária delegada respectivamente, para ressarcir custos de construção e manutenção de uma via de transporte”. (PACHECO, 2008, p. 06).

Para situar geograficamente onde se encontrava o Porto do Anhanguera, é necessário, primeiramente localizar a Estação de Roncador, por ser o único ponto de referência da época, antes do surgimento de Pires do Rio em 1922. Por volta de 1822 o local denominado Corumbá já era impresso em mapas de rotas. Conforme podemos observar nos (mapas, que se encontra no acervo do Museu Ferroviário de Pires do Rio – Go.

Imagem 01: Goiás- 1822



Fonte: Museu Ferroviário de Pires do Rio –GO. (2017)

Imagem 02: Estação de Roncador.



Fonte: Museu Ferroviário de Pires do Rio-Goiás (1922).

Os mapas apresentam a localidades onde se encontrava presente a residência dos Anhangueras. O primeiro apresentando o local denominado “Corumbá”, já no segundo, feito cem anos depois, na passagem do século XIX para o século XX e que segue o mesmo trajeto do primeiro, demonstra a “Estação de Roncador”.

Com uma construção simples, adequada aos padrões normais das demais residências e pontos de comércio da cidade de Pires do Rio, nas décadas de setenta, existe hoje no local da antiga Estação de Roncador algumas salas com uma plataforma onde as locomotivas realizam suas paradas. Sabe-se que, até por volta dos primeiros anos da década de oitenta ainda, se encontrava pouco abaixo a Estação que era o embarcadouro e desembarcadouro as “ruínas” da velha estação que fora demolida, localizada no KM 09 da Rodovia GO 330, “praticamente no quintal do Anhanguera.”

(MAGALHÃES, 2004, p.5). Sobre esse mesmo assunto Siqueira (2006), enfatiza que em 15 de novembro de 1914 foi:

Inaugurado o trecho do leito ferroviário entre Ipameri e Roncador... Uma estação localizada à margem esquerda do rio Corumbá, e conforme encontraremos a frente [...], o Porto do Anhanguera se concentrava poucos quilômetros abaixo. (SIQUEIRA, 2006, p. 41)

É interessante pensar como é escrita a história dos Anhangueras nas terras goianas, que foram deixadas por memorialistas ou por alguns autores tendem mostrar os seus atos através de ações com uma constante busca por lendárias histórias como, por exemplo, alegando que o Bandeirante colocou fogo na aguardente e levou os nativos a acreditar que se não se sujeitassem ao trabalho escravo, queimariam todo o curso d'água e suas nascentes.

Outros, ao escrever a história procura aproximar os locais onde eles viveram, citam suas instalações e contam suas dificuldades. Entendemos que cabe ao historiador o discernimento de como utilizar uma fonte mais segura.

Trilhar nas pistas do Anhanguera o “Diabo Velho”, gera expectativas, que através de relatos, acabam levando o pesquisador ao encontro de “epopeias”, fator contraditório ao trabalho de um historiador, ou mesmo adquirir ojeriza ao personagem, pois de acordo com Bloch (2001)

Ele (o historiador) não deve adotar, em relação às testemunhas do passado, uma atitude carrancuda, esmiuçadora e rabugenta, que é a atitude do mau policial para quem toda pessoa intimada a prestar depoimento é a priori suspeita e tida como culpada até prova em contrário; tal super. excitação do espírito crítico, em vez de ser uma qualidade, seria para o historiador um vício radical, que o tornaria praticamente incapaz de reconhecer o significado real, o alcance, o valor dos documentos que estuda; uma atitude desse tipo é tão perigosa em história como, na vida cotidiana, o medo de ser iludido [...] (BLOCH, 2001, p. 70-72).

E foi assim, tentando compreender como foi o percurso que Bartolomeu Bueno da Silva fez de São Paulo até chegar às terras goianas, que, no ano de 2004, um grupo reconstituiu o caminho principal do velho bandeirante paulista percorrendo 1650 KM montados sobre o lombo de cavalos. Estava entre esse grupo o repórter Dirceu Martins, Jorge Dias de Aguiar, garimpeiro, fazendeiro, filósofo, amansador de cavalos, com 74 anos, descendente do Bandeirante Fernão Dias e Pedro Dias de Aguiar, fazendeiro em Dourados São Paulo e, segundo Garcia (2004) “uma equipe de mais ou

menos dez pessoas, que registrava e documentava todos os propensos locais onde foram paradas das bandeiras de Bartolomeu Bueno da Silva”. (GARCIA, 2004, p. 07e 08)

Antes de chegarem a Pires do Rio, onde descerraram uma placa no pátio do Museu Ferroviário cujos dizeres relatam a passagem desta equipe que refaz o percurso de Bartolomeu Bueno da Silva, recebemos o comunicado que essa equipe já se encontrava na vizinha cidade de Urutaí. Foi quando orientamos nosso amigo Carlos Novaes, de que dizia sempre a todos conhecer o local onde se instalava o Porto da Eulália que os procurasse, e assim o fez. Nesse sentido, Garcia (2004) registra o diálogo entre a equipe e o jornalista Carlos Novaes:

[...]

-Eu posso levar vocês na tapera do Anhanguera...

Segundo Carlos, era o lugar onde morou o Anhanguera, durante certo tempo, às margens do rio Corumbá.

-E o que restou da tapera?

-Ainda tem os sinais, as pedras ...É na fazenda Água Tirada...

[...]. Fomos de carro para vermos os sinais da tal tapera. [...]

Depois de quase uma hora sacolejando por estradinhas ruins, passando por pastos e até entrando por trilhas no mato, chegando às margens do córrego Muzungu, a menos de um quilômetro do rio Corumbá.

[...]. Passamos amassando capinzal alto e entramos numa matinha. [...] vemos a entrada de um túnel. [...], tem mais de 30 metros aí profundo... [...]

Deixamos o misterioso túnel para trás, e vamos atrás da tapera do velho Anhanguera [...] a menos de 100 metros do rio Corumbá, vemos alicerces, muros de pedra e sinais de estrada no meio da mata. Era o lugar, falado na região, como sendo onde o Anhanguera morou.

A construção devia ser grande, pois muros, alicerces pedras e buracos ocupam uma área considerável da mata. (GARCIA, 2004, p. 148-149)

Pereira Neto, (2010) ao fazer um relato sobre a construção da Estação de Roncador, afirma que por volta dos anos de 1914 “pronúncias erradas” era um fator muito comum e ainda diz que o Porto da Eulália era conhecido como “Porto da Oláia” e que Eulália, das descendentes de Bartolomeu Bueno da Silva, foi a mais famosa por cuidar do local por muitos anos com muita energia administrativa.

O Porto do Anhanguera ficava nas proximidades da Estação do Roncador, conforme relata Carlos Pereira Magalhães em “Carta de Goiás”, no princípio do século XX, publicada recentemente pela Brasil Telecom (2001), conforme uma carta escrita:

Roncador, 15 de janeiro de 1919 – Estado de Goiás Pelo correio um tanto incerto da estrada de ferro, enviei-lhe um sucinto relato da dramática jornada de Araguari a Roncador. Agora, de malas fechadas para o sertão, remeto-lhe algumas notícias deste povoado. A Estrada de Ferro de Goiás termina aqui na Barranca de um rio fundo, o Corumbá. Alguns quilômetros abaixo assenta-se o porto do velho Anhanguera, onde até hoje moram descendentes seus. (MAGALHÃES, 1919, p.19)

Em 1919 ali ainda residiam os descendentes do Bandeirante, hoje embora localizado em propriedades que não mais pertencem à família de Bartolomeu Bueno da Silva, ainda guardam vestígios de uma grande construção que foi fotografada e registrada por Carlos Novais.

Acredita-se que o citado Porto recebeu esse nome, segundo Borges (1980) por se tratar do espaço físico onde Bartolomeu Bueno da Silva edificou sua residência, mas, por volta de 1870, foi alterada a nomenclatura para Porto da Sinhazinha e, posteriormente, Porto da Eulália. “Prováveis nomes adquiridos em ocasião advinda dos nomes das mulheres que o administravam”. (BORGES, 1980, p. 243). Local este onde Eulália Anhanguera e sua filha Alzira Cassimira do Espírito Santo viveram, como será discutido a seguir.

## **2.2 Senhoras Anhangueras: Eulália e Alzira Cassimira do Espírito Santo**

De acordo com as leituras de Siqueira (2006), o Porto do Anhanguera, além de funcionar como uma hospedaria, “o proprietário cuidava de vender aos transeuntes arroz, milho, frangos e aves, ovos e leite, queijo e cachaça e controlava o uso dos pastos” (SIQUEIRA, 2006, p. 26) e ainda cita que, neste local, existia uma grande frequência de tropeiros, capatazes e seus camaradas.

O autor, ainda afirma que, nestes recintos de hospedagens, pernoitavam também estrangeiros dedicados a área da pesquisa e da botânica e que, não demorou muito, estes foram seguidos por boiadeiros, seus peões, que logo arrastaram atrás de seus carreiros e seus candeeiros e que estes lugares onde faziam suas paradas decorreram da marcha bovina que tocada perfazia cerca de 50 km por dia.

Além das passagens pelo Rio Corumbá, evidentemente quem ali vivia tirava os proveitos podendo vender a comida, o banho, a hospedagem e a aguardente, produtos necessários no local como meio que garantia e sobrevivência. Distante do Arraial de Santa Cruz onde estava localizado o comércio mantinham ali um espaço usufruído por membros de uma mesma família, onde estes trabalhavam e ofereciam serviços aos que ali procuravam a comodidade.

Surpreendentemente, encontramos, na história da região “mulheres” à frente de um estabelecimento, num período onde a função da mulher era

praticamente de zelar pela criação dos filhos. Estas, que eram conhecidas como as Buenas Anhangueras, pareciam se dedicar principalmente a atividade daquele local que herdaram de seus antepassados.

“Buenas Anhangueras”, segundo Siqueira (2016, *apud* CUNHA) “foi um título carinhoso expedido às mulheres descendentes de Bartolomeu Bueno da Silva que residiam no Porto do Anhanguera em 1824, estendidos por Cunha Mattos pelo acolhimento que recebeu em ocasião que pernoitou no local.” (SIQUEIRA, 2006 p. 80).

Gouvêa (2014), diz que Eulália Bueno de Araújo Anhanguera era bisneta de Bartolomeu Bueno da Silva o filho. Nesse sentido, o autor enfatiza que a ela foi atribuído a permissão de administrar o Porto dos quais seus antecessores haviam perdido o direito legal de comando.

A ela foi outorgada em 3 de agosto de 1871, através de uma resolução de n. 4690, expedida pelo presidente da província de Goiás, Dr. Anthero Cícero de Assis, o direito de comandar o Porto onde viveu em companhia de sua única filha Alzira Cassimira do Espírito Santo. (GOUVÊA, 2014, p. 209)

De acordo com Palacin (1994), o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, que foi designado Governador das Armas, em três de junho 1824, chegou às margens do Rio Corumbá, observou, registrou em seu diário, como foi sua hospedagem na residência das Senhoras Anhangueras. “O relato, ao que se vê, expressa a nobreza de sangue, a gentileza de berço, porém não omite o estado lastimável em que já viviam provenientes da pobreza, vivendo tristes e dignas de piedade, longe da realidade e dos conhecimentos”. (PALACIN, 1994, p.13).

Naquele período, os Anhangueras já viviam em dificuldades, ou seja, “a ausência de recursos já incorporava o estado depressivo da família da administradora, embora possuindo influências, as dificuldades fossem notórias”. (BORGES, 1980, p.243).

É possível que anteriormente, Cunha Mattos (*apud* SIQUEIRA 2006), quando se refere às Buenas Anhangueras, ao atribuir em suas palavras “tais dificuldades” expressas também a forma distante, “ao momento da história” em que elas viviam e pareciam não importar com a realidade que as cercavam. Tanto fazia o certo quanto o errado, o que podiam e o que não podiam fazer, ou mesmo o que era aceito ou não pela sociedade.

Se analisarmos o contexto geral do registro de Cunha Mattos (*apud* SIQUEIRA 2006), provavelmente acabaríamos compreendendo que ele ressalta a beleza física e o conhecimento que essas mulheres possuíam daquele local. Suas ideias, seus modos de vida pareciam ser um fator comum a aquele corpo social o qual se congregavam. Entende-se que pareciam ter essas mulheres pouco conhecimento cultural, e o desconhecimento da escrita às colocavam ainda mais distante da intelectualidade.

Dyenne e Quadro (2012) dizem que nem mesmo na metrópole existiam escolas que acolhessem meninas e as autoras prosseguem afirmando que “o papel da mulher era de ser meras produtoras dos varões portugueses, ao contrário do homem que exercia o poder e determinava”. (DYENNE e QUADRO, 2012, p.01)

Ao analisar a história do passado, não é possível fugir de algumas questões da vida cotidiana, pois, somos cercados por parentes e por laços familiares, todos fazendo parte de uma mesma sociedade, onde alguns são providos de situação financeira ou política avantajada, outros não possuem tais privilégios.

Nesse sentido, entende-se que embora os Anhangueras estivessem vivendo períodos difíceis, possuíam parentes que exerciam poder perante a Coroa e que viviam na região de Santa Cruz de Goiás.

Mas que de acordo com as leituras (*Apud* SIQUEIRA, 2006), entende-se que o Capitão de Ordenanças, Caetano Teixeira de Sampaio, além de ser parente frequentava o lar dos Anhangueras e os tratava com todo respeito. Partilhava do mesmo ambiente, porém entende-se que não envolvia e nem apoiava atitudes que eram consideradas errôneas.

Assim, compreende-se a influência que os Anhangueras possuíam na região de Santa Cruz, pois, de acordo com Cunha Mattos (*apud*, SIQUEIRA, 2006) o cargo superior de confiança do Imperador encontrava-se nas mãos da família de Bartolomeu Bueno da Silva é possível que, se os mesmos, “quisessem poderiam tirar proveitos e vantagens” Cunha Matos (*apud*, SIQUEIRA, 2006, p.80) pelo fato de possuir relações de parentesco com o Capitão de Ordenanças.

O Capitão de Ordenanças (Título concedido por Dom João VI), era o cargo ocupado por Caetano Teixeira de Sampaio, Capitão da Guarda Nacional que visitou o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos no Porto do Anhanguera, conforme (Cunha Matos) relatou em seu diário: “estou muito bem hospedado pelas senhoras Buenas Anhangueras: cada vez mais me parecem mais amáveis e mais virtuosas, assim como

dignas de comiserção”. (MATOS, *apud*, SIQUEIRA, 2006, p.80). Quanto a colocação do autor em relação às virtudes das senhoras Anhangueras, entende-se que, segundo Reis (2004)

A virtude feminina foi observada através dos séculos ao modelo da mulher pura, casta e fiel ao marido. Qualidades básicas para o sexo feminino seguir regras da sociedade que a colocava no papel de honrada. (REIS, 2004, p. 02, 03).

Ainda falando sobre, Cunha Mattos (*apud* SIQUEIRA, 2006, ele dá sequência em sua escrita, e acrescenta em seu diário a forma em que foi hospedado pelas Buenas Anhangueras e, a partir do relato se pode perceber que o Porto era uma hospedaria ou uma “estalagem”.

Às 5 horas da tarde, chegou a minha bagagem que tinha ficado no Palmital; e às 6 apareceu o Capitão, Comandante do Distrito de Santa Cruz, Caetano Teixeira de S. Paio, acompanhado de um capitão da Infantaria, o Escrivão do Julgado, e um paisano para me cumprimentar. O Comandante, homem mais officioso que pode haver, e também o mais esperto, quis praticar a meu respeito toda a sorte de obséquios: deu ordem para se reunirem as Milícias, e mandou postar uma guarda à porta da casa. Eu agradei as atenções, e fiz surpreender as ordens de se incomodar qualquer pessoa. O Comandante ficou nesta casa cujos proprietários são seus parentes por parte de mãe... (CUNHA MATOS, *apud* SIQUEIRA, 2006, p. 80)

Diante desse contexto, é possível afirmar que o Brigadeiro Raimundo, constatou durante a sua viagem pelas terras goianas pelo Rio Corumbá, que os descendentes do Anhanguera estavam fixados à beira do Rio sob jurisdição de Santa Cruz. O Porto que estava dentro da localidade do Arraial de Santa Cruz, cujas divisas situavam até o Rio Corumbá, antes de ser administrado por Dona Eulália, esteve sob o comando de “Maria Pulcina Bueno cognominada Sinhazinha, que nunca se casou, conservou-se solteira e viveu ali no Porto até a morte”. (BORGES, 1980, p.240)

Após a morte de Dona Maria Pulcina, neta de Bartolomeu, foi acentuado um número maior de problemas em meio aos Anhangueras o que parece ter gerado intenso atraso nos negócios da família. Denota-se que eles queriam continuar recebendo o mesmo respeito da sociedade e da própria Coroa Portuguesa, por serem descendentes do descobridor das terras goianas, cuja história se “agravou em declínio após o casamento de Dona Eulália Bueno com Joaquim José Alves que ficou visada em ‘decadência moral’ por cruzamento de troncos desiguais”. (BORGES, 1980, p.243)

Nessa situação, tudo parecia se dificultar. Além da perseguição da Coroa Portuguesa, os Anhangueras enfrentavam a vida de abandono. “A impressão é de estarem ali no Porto “ilhado” e desprezado por membros da sociedade santacruzana, e a decadência da constituição moral, o analfabetismo, o impaludismo (maleita), a doença de chagas, e verminoses acumulavam a bagagem do declínio”. (BORGES, 1980, p. 243). Quando Borges usa o termo “declínio” se refere ao estilo de vida que os Anhangueras tiveram no passado e ao que se encontravam naquele momento.

Possivelmente os Anhangueras, estavam habitando ali no Porto em meio aos poucos que residiam na casa, a alguns criados e poucas outras pessoas. As leituras de Borges (1980) levam a entender que estavam praticamente vivendo em um único meio, o da “família” e desligados de maiores vantagens das mercês concedidas pela Corte e vistos como “pessoas desprovidas de boas ações morais, sobretudo não conheciam a leitura e enfrentavam uma série de doenças”. (BORGES, 1980, p.255)

É possível entender que as dificuldades eram acentuadas com as doenças que apareciam, a forma de tratá-las em um local onde aparentava não possuir nenhum recurso. Talvez a forma mais fácil de tratar tais mazelas eram os chás, as benzeções e conforme não conheciam a leitura, os almanaques, possíveis informativos que circulavam na época, a elas não possuíam nenhuma serventia.

Em meio a estas vicissitudes, estava Dona Alzira Cassimira do Espírito Santo que foi “talhada a um infeliz destino e desde cedo despertou atenção por seus desvios de conduta” (BORGES, 1980, p.244). Entende-se que quando se alega a expressão “talhada”, no sentido familiar, atribui-se a uma repreensão ou a um castigo, provavelmente vivendo Alzira vigiada por membros de sua família a fim de que seus desejos carniais fossem mais ponderados. Talvez, Alzira agisse pelo impulso de atrações sexuais e atenta aos olhos da mãe era acautelada a fim de que seu estado de mulher solteira não ficasse vinculado ao das conhecidas “desonradas e de má conduta”.

A conduta moral feminina estava vinculada à fidelidade, à submissão masculina e, principalmente que fosse uma mulher “honrada” e, de acordo com Algranti (1993) “a honra do Brasil Colônia vincula-se a sexualidade feminina e afirma que a honra da mulher solteira era sinônimo de castidade”. (ALGRANTI, 1993, p. 349) Nesse sentido, Ribeiro (2000) esclarece que a preocupação moral era evidenciada a “mulheres de família, a questão reputação não estendia nenhuma preocupação com mulheres de outras etnias”. (RIBEIRO, 2000, p. 89).

Um desvio de conduta, que possivelmente levou o jornalista Moisés Santana (apud Borges 1980) a escrever insinuações referentes à comentários morais que diziam a respeito de Alzira pronunciados por terceiros em ocasião das viagens de Moisés Santana, às margens do Rio Corumbá na procura por descendentes de Bartolomeu Bueno da Silva.

Nesse aspecto, entende-se que ao buscar a história dos Anhangueras através de pesquisas “na genealogia”, não há como fugir de encontrar referências ligadas às suas cicatrizes vistas nas humilhações que passaram por sonegar impostos, nos desvios de conduta, nos prazeres da carne. Não seriam apenas suas glórias, vitórias e conquistas que poderiam ser evidenciadas, e se de fato os comentários eventualmente ocorriam, era possível e certo que a jovem Alzira buscaria uma forma de banir tais críticas e, talvez o casamento fosse a melhor solução.

Surgiu a oportunidade de um casamento que, segundo Paraguassú (2014) “Alzira casou-se com Manoel de Souza Lobo, homem de grande projeção social, não só em Santa Cruz, mas em toda a Província”. (PARAGUASSÚ, 2014, p. 234).

Segundo Gouvêia, (2014), o casamento parece não ter evitado certo “desvio de conduta” por parte de Alzira, pois logo começou a “trair” o marido e este, envergonhado, preferiu desprezá-la e adquiriu uma concubina pelo nome de Zenóbia, instalando-a em uma casa de residência em Santa Cruz de Goiás, escancarando-a a toda sociedade santacruzana, algo que fugia do teor eclesiástico e que não era considerado normal aos padrões da Igreja.

Em relação às concubinas, Ribeiro (2000) enfatiza que estas não temiam “o prazer da carne, o orgasmo que entendido como coisa do demônio se distanciando das regras estabelecidas pela Igreja Católica”. (RIBEIRO, 2000, p. 40) Se já eram vistas como “desonradas, sem valor, restavam-lhes o ofício da carne livres dos grilhões das imposições, procuravam meios de sobrevivência através de seus costumes sexuais”. (RIBEIRO, 2000, p. 40)

Além de difamada pela sociedade, Gouvêia (2014) relata que vários fatos ocorreram na época do casamento de Alzira, única filha de Dona Eulália Bueno, porém não os menciona, mas afirma que estes acontecimentos “resultou na morte de seu esposo Manoel Souza Lobo”, (GOUVÊA, 2014, p. 209) assunto a ser tratado no próximo subtítulo.

### 2.3 O crime

Pelos relatos de Borges (1980), percebe-se que, por ser descendente de linhagem tradicional, e que embora seu destino desde cedo ficou gravado por seus desvios de conduta, Dona Alzira conseguiu despertar a atenção de um rapaz que pertencia a uma das famílias ilustres “os Lobos” na época povoadores do Estado de Goiás, os quais se estabeleceram na região de Santa Cruz, Meia Ponte e Formosa.

Uniram-se em matrimônio Manoel de Souza Lobo e Dona Alzira Cassimira do Espírito Santo, e conforme os laços se estreitaram ficou permitido que Dona Eulália se tornasse parente por afinidade da família tradicional dos Souza Lobo. Mas, de acordo com Gouvêa (2014) o casamento não teve muito tempo de harmonia, pois Dona Alzira agiu com infidelidade, ou seja:

O casamento não teve um bom desfecho, pois a esposa Alzira teve um comportamento infiel, não condizente a sua linhagem nem também com a do marido, pertencente a uma das mais nobres tradicionais famílias de Goiás: os Sousas Lobo. (GOUVÊA, 2014, p.209)

Devido às traições de Alzira, Manoel de Sousa Lobo ficou sem reação, não sabia qual atitude tomar, diante da infidelidade da esposa, preferiu também seguir o caminho da traição do que acabar com o casamento, procurando outro relacionamento na cidade de Santa Cruz, mantendo um segundo lar com uma mulher que “apresentava elementos que agradavam os olhos de quem buscava encantos atrativos”. (GOUVÊA, 2014, p. 212). Nesse sentido, segundo o autor:

Manoel, não podendo reagir, também se tornou infiel, entregando-se a uma vida licenciosa em Santa Cruz, onde chegou a escandalizar a sociedade da época. Lá, ele tinha uma concubina de grande beleza, chamada Zenóbia. (GOUVÊA, 2014, p. 209)

Percebe-se que enquanto Manoel de Sousa Lobo vivia em concubinato ao lado de Zenóbia em Santa Cruz com um segundo lar, na fazenda onde situava o Porto mantinha sua união conjugal sendo conivente às traições de sua esposa Dona Alzira. É possível salientar que ambos se tornaram objetos de escândalos pela infidelidade conjugal.

Embora o casal possuísse atos de traição, viveu um período no casamento onde conseguiram adquirir “três filhos, Olinto de Sousa Lobo, Bartolomeu Bueno Lobo

(que faleceu quando menino), José Sanches de Anhanguera. Filhos que infelizmente não presenciaram um final feliz entre seus pais”. (GOUVÊA, 2014, p. 2014)

Borges (1980), diz que as normas impostas por Dona Eulália no Porto não agradavam o genro e que embora não concordando com o comportamento indevido da filha, agiu pelo impulso, movida pela contrariedade à vista do que se passava com Manoel em Santa Cruz “iniciaram grandes desavenças entre genro e sogra”. (BORGES, 1980, p. 244), e ainda:

A presença dos tropeiros foi o facho incentivador dos ódios a esposa e da sogra contra o marido, sob o pretexto de que ele ia montar o estabelecimento em nome da concubina, no interesse em prejuízo do patrimônio da família. (BORGES, 1980, p.245)

O homem ter amantes naquele período aparentava ser algo natural, a mulher sempre submissa parecia que acatava tais ações masculinas agindo como se não conhecesse as infidelidades do esposo. Já a mulher, ao que sabemos, se fosse descoberta uma traição, nestas circunstâncias era talhada até o fim de sua vida.

Apesar da situação do casamento que estava numa fase arruinadora, Dona Alzira estava junto ao marido na fazenda no Porto nos dias 17,18 e 19 de outubro de 1871, quando os tropeiros mineiros João Mendes e José Mendes de Resende chegaram e isso gerou desconfianças devido um grande carregamento de mercadorias que estavam atravessando o Rio Corumbá para o Porto. Alzira, conforme relata Borges (1980) imaginou que o marido estava agindo de má fé, comprando mercadorias para abrir um estabelecimento para sua concubina.

Mas, Gouvêia (2014), afirma que Manoel de Souza Lobo já havia se tornado comerciante em Santa Cruz de Goiás e que estes três dias citados anteriormente serviram para traslado da mercadoria pelo Rio Corumbá. No entanto, parece que Alzira apenas teve a confirmação que Zenóbia estava sendo privilegiada.

Essa descoberta de Alzira fez com que a mesma alimentasse o seu sentimento de desconfiança e, conseqüentemente, de vingança pelo fato de seu marido estar desviando o patrimônio familiar por ocasião de seu relacionamento com uma mulher que também tinha uma vida de condutas imorais, por se relacionar com homem casado.

Mas, de acordo com Borges (1980), Manoel de Souza Lobo fez com que os tropeiros seguissem viagem na frente com as cargas, pois o mesmo iria ficar na fazenda até o dia 24 aguardando outra remessa que chegaria por aqueles dias. Como havia

incompatibilidade entre ele e a sogra, “Manoel ficou hospedado no paiol da fazenda, onde na noite do dia 23 havia um jogo de truco”, (BORGES, 1980, p.245) e o mesmo começou a jogar com mais duas pessoas, entre os quais havia “Camilo de Espíndola que era do convívio íntimo da família”. (BORGES, 1980, 245)

Embora parecendo estranho, se hospedar num paiol, e em meio a pessoas que não eram familiares, Manoel não percebeu a organização de uma tocaia que estava preparada e que o jogo de cartas fosse um atrativo como isca para sua pessoa, foi a forma viável de atraí-lo para a emboscada. Aparentemente, não houve nenhuma discussão, nenhuma agressão, pois, de acordo com Gouvêia, (2006), pareciam aproveitar o momento que se encontravam desocupados para um jogo de carteadado que não aconteceu na sede da fazenda e sim no paiol.

Siqueira (2006) diz que o pouso era constituído por uma casa de residência do proprietário e que nela vivia também o empregado da família, às vezes de “senzala paiol ou de rancho e que esse dormitório possuía uma cozinha e armazém de mercadorias transportadas pelas tropas e depósito de arreatas e outros pertences e que estes locais atraíam pessoas de todas as classes”. (SIQUEIRA, 2006, p.47). Voltando a questão do jogo de truco, Gouvêa (2014) ressalta que:

No dia 23, organizaram uma partida de truque no dito paiol. Além de 2 outras pessoas, jogava um tal Camilo de Espíndola, homem de péssimos antecedentes, mas que, mesmo assim, participava do convívio da família. Esse Camilo, já combinado com Alzira, havia feito um buraco na parede do paiol e, com a desculpa de sair para beber água, aproveitou o descuido de Manoel, e pelo buraco, desfechou um tiro certo na garganta da vítima que morreu instantaneamente. (GOUVÊA, 2014, p.209)

Conforme a citação acima, se pode afirmar que havia um plano para assassinar Manoel Lobo. Camilo Espíndola, Dona Eulália, o escravo Hilário e, sobretudo Dona Alzira estavam envolvidos. Um crime que seria realizado por interesses financeiros, Alzira ainda casada possivelmente ficaria com os bens do marido e Zenóbia desvinculada dos benefícios concedidos pelo amante.

Anteriormente, Camilo já havia feito um buraco por onde poderia alvejar a vítima do crime que fora tramado e com desculpa de levantar da banca de jogo para tomar água, usando uma espingarda deu um tiro na garganta de Manoel que faleceu instantaneamente .

Camilo e José Antônio foram presos no dia 25 de outubro acusados de mandatários e Dona Eulália e Alzira em 29 do mesmo mês acusadas como mandantes e também foram presos: Hilário escravo de Dona Eulália e Joaquim Duarte seu camarada.

Eulália e Alzira foram articuladoras do crime e os demais, comparsas. O assassinato fez com que os irmãos de Manuel: Francisco de Sousa Lobo e Joaquim Rodrigues de Sousa Lobo as denunciassem, pois temiam não haver justiça aos criminosos. Conforme será observado, os Anhangueras ainda possuíam certa influência e essa preponderância torna-se notória quando acontece o júri de Dona Alzira e dos envolvidos onde todos foram absolvidos.

Se os Lobos também possuíam prestígio conforme narra Paraguassú (2014), algo ficou a desejar, pois o resultado da sentença, conforme veremos à frente não foi o esperado dos “irmãos Souza Lobos “que cumprindo com suas obrigações, usaram dos procedimentos legais e denunciaram Dona Eulália e sua filha Dona Alzira como mandantes e José Antônio da Silva e Camilo de Espíndola como mandatários do homicídio”. (BORGES, *Apud* SANTANA 1980, p.246)

Após os denunciarem, os mesmos foram detidos e presos na cadeia de Santa Cruz, também Hilário, o escravo de Dona Eulália fora indiciado. Dona Eulália e Alzira contratou para defendê-las o advogado Senhor Joaquim Antônio Teixeira, “um dos mais inteligentes advogados goianos no Império. Durante o processo, foram ouvidas 21 pessoas, oito numerárias e treze referidas”. (PARAGUASSÚ, 2014, p. 236).

Segundo Borges (*Apud* SANTANA, 1980), por um despacho do delegado João Evangelista da Fonseca, em 18 de dezembro de 1871, Dona Alzira foi pronunciada como mandante e José Antônio como mandatário do homicídio e julgado improcedente (sem fundamento) a denúncia contra Dona Eulália e demais acusados, e por despacho de mesma data o juiz municipal Lino Correia de Souza confirmou a decisão do delegado.

Os denunciantes: Francisco Lobo e Joaquim Lobo percebendo que Dona Eulália por meio de suas influencias iria se safar do crime ofereceram libelo. Segundo o Dicionário Jurídico Brasileiro Aquaviva, o libelo é uma dedução apresentada pela parte de um magistrado antes do início do processo no qual se encontra o qual o essencial da acusação ou da defesa. Provavelmente era uma forma de mantê-la vinculada ao processo.

O advogado que foi constituído por Dona Eulália e Alzira foi Joaquim Antônio Teixeira que, segundo Borges (1980) possuía grande expressão por ser latinista (pessoa que estuda a língua e a literatura latina) e para a defesa de José Antônio o

advogado Dominicano José Ferreira, que o autor o acusa de ser sócio de juízes e de errar até no escrever o próprio nome.

Dona Eulália e Alzira, foram se blindando com a contratação de mais advogados para a causa. No dia 03 de novembro assume a defesa Francisco Deocleciano Moreira que possuía uma procuração que dava poderes a mais dois advogados: José Inácio de Azevedo e Joaquim Félix de Bulhões para que, caso necessário, pudessem também defendê-los no processo.

No dia 14 de março de 1872, o réu José Antônio foi julgado e foi absolvido por unanimidade de votos e no dia seguinte, sendo dia 15, segundo Paraguassú (2014) foi o julgamento de Camilo que foi absolvido pelo voto de minerva, ou seja, o resultado foi decidido apenas por um voto. Dona Eulália e demais acusados foram inocentados, e Dona Alzira foi absolvida “por unanimidade, ficando presa por seis meses e doze dias na cadeia de Santa Cruz”. (PARAGUASSÚ, 2014, p.237).

Na formação do processo foram ouvidas 21 testemunhas indagadas perante a lei, sendo: 08 numerárias e 13 referidas. Segundo o dicionário Jurídico Brasileiro Aquaviva pgs. 721 e 1235, testemunhas numerárias são as que prestam o compromisso de dizer a verdade sob pena de responder por crime de falso testemunho. É uma forma de pressão sobre a testemunha para se chegar o mais próximo da verdade ou quem sabe da verdade.

Testemunhas referidas pode ser uma forma de depoimento das testemunhas que foram inicialmente arroladas, seja mencionado o fato de que, terceiros, não arrolados teriam informações valiosas a prestar acerca da maturidade ou autoria do fato. Assim a pessoa “referida” poderá ser intimada na qualidade de “testemunha”.

Paraguassú (2014) enfatiza que, durante o Júri de Alzira um de seus defensores foi o coronel Antônio da Silva Paranhos, e diz que ele era avô da mulher do juiz togado, no caso o juiz que presidia o júri o Dr. Silva Porto, que mais tarde foi senador federal por Goiás.

Aprovada a inocência de Dona Eulália e do escravo Hilário, com declaração de liberdade de José Antônio e Camilo que acontecera antes, e após ser proclamada a absolvição de Dona Alzira, os irmãos de Manoel de Souza Lobo perceberam que não havia mais o que fazer e optaram por não pedir “apelação.” Borges (1980 *apud* SANTANA, 1980, p.247) questiona a decisão judicial com as seguintes palavras: “Registremos, mas não comentemos as decisões do júri. Não foram boas, mas o caso

poderia ser pior”. (BORGES, *apud* Moisés SANTANA, 1980, p.247). Fica uma interrogação, o autor nada mais fala.

A defesa de Dona Alzira, segundo Borges, (1980) foi feita pelo advogado Joaquim Antônio Teixeira que demonstrou que o nível de cultura da gente do foro era bem superior das condições atuais. O foro, era a praça pública das antigas cidades romanas que servia de ponto de reunião e onde funcionava o mercado, realizavam-se assembleias populares e julgamentos ou um lugar onde se discute assuntos públicos. Foi assim que se deu no julgamento de Alzira Cassimira do Espírito Santo. O advogado iniciou a defesa com essas palavras:

A sociedade quando chamou a sio direito de punir os delinquentes teve por fim garantir os direitos individuais, confiados à sua administração o, direito esses cujo livre exercício ficaria tolhido, se as oposições a eles, os delitos, não encontrassem correção que lhes obstasse a reprodução. Assim operando, a sociedade, delegação do indivíduo, pois que é axiona jurídico que a liberdade e outros direitos de cada um terminam onde começam a liberdade e os outros direitos de outrem. Mas a sociedade não pune simplesmente por punir. O delito é um mal, porque afeta fundamente a ordem social, produz a anarquia, implanta o desrespeito ao direito do indivíduo, altera as relações entre os indivíduos da mesma nacionalidade. Por outro lado, cada indivíduo é uma parcela componente dessa sociedade, representa uma soma de direitos iguais aos que exercem os governos, por meio de leis. Daí resulta que, dado um delito, uma infração das leis sociais, um crime, necessário se torna que seja completamente conhecido o seu autor, pois, que a lei não pune o fato, que é irresponsável, mas sim o agente, que, por ser capaz de conhecer o mal e da intencionalidade de o praticar, é o uni coque perturba a marcha normal da mesma sociedade e que viola o direito de outrem. É esta a teoria aceita por todos os criminologistas.

Qual o meio, porém que tem a sociedade para conhecer o autor de um dado delito? A prova. Para que a prova produza a convicção, que é necessário? Responde Mithermaier que três são as condições essenciais à prova: certeza, verdade e idoneidade de quem a fornece. E com efeito assim é mister que seja, porque se, por um lado, sofre a sociedade coma perpetração de um delito, não sofreria menos com a condenação de alguém, sem a existência da prova, revestida das três condições de robustez, porque então seria a própria sociedade a cometer um delito. (BORGES *apud* SANTANA, 1980, p. 249 e 250)

Borges, (1980) conclui dizendo que “prosseguiu o advogado na sua oração, desenvolvendo o exórdio e afinal passando ao exame das provas, para concluir pelo pedido da absolvição da acusada, pela negação do fato principal”. O júri o atendeu e assim decidiu. (BORGES, *Apud* SANTANA 1980, p. 250)

Após ser liberada, dona Alzira, retornou para fazenda no Porto da Eulália, para ficar em companhia de sua mãe e seus filhos, mas perdeu quase todos os bens durante a partilha e, mesmo o pouco que teve direito ficou sob direção de Bernardo

Lobo que era irmão de Manoel de Souza, e que assumiu perante a justiça o papel de depositário dos bens do casal.

Se o plano de Alzira era se tornar proprietária dos bens do marido, embora absolvida, foi acusada pelo juiz Doutor Antônio Felix de Bulhões Jardim de sonegação de impostos, e essa sonegação foi provada e a levou perda de direito de quase todos os bens que foram destinados aos filhos em sobrepartilha, conforme eram menores, foi Bernardo Lobo, que tomou conta do espólio das crianças até completarem a maioridade.

Dona Alzira, apesar de ser absolvida pela justiça foi condenada pela sociedade. Sua liberdade garantida pelo júri conotou, aos olhos das pessoas, “interferências” oriundas da influência da família Bueno. Segundo Borges (1980), ela sofreu retaliações psicológicas tanto de parentes quanto da sociedade santacruzana, fazendo com que, de acordo com autor “entrasse em um estado de tristeza profunda”. (BORGES, *Apud* SANTANA, 1980, p. 31).

“Triste e melancólica e em meio ao abatimento”, Alzira teve um novo relacionamento que não foi muito bom, embora o autor nada cita sobre os motivos do casamento não ter dado certo.

Sobre o retorno da Senhora Alzira ao Porto, Paraguassú, (2014) afirma que, ao voltar para o Porto, a mesma recomeçou sua vida, “casou-se com José Maria da Silva Vieira”. (PARAGUASSÚ, 2014, p.237). Mas, seu segundo casamento durou menos de uma década e também foi um desastre, continuou infeliz e essa tristeza contribuiu para sua morte. Borges (1980 p.251) acusa este homem de aventureiro e sem mérito e que passou a dar prejuízo ao pequeno patrimônio da família. Após o falecimento de Dona Alzira, sua mãe, Dona Eulália Bueno de Araújo Anhanguera, ficou com o encargo de criar os filhos de Alzira e Manoel e dos outros dois netos nascidos depois da morte de Manoel Lobo, sendo filhos advindos depois da segunda união.

Sobre esse assunto, quando Gouvêa (2014), realizava seu trabalho de pesquisa que foi publicado no livro “Caçador de Lobos”, em conversa informal, nos contou ter visitado os descendentes que Dona Alzira adquiriu após a morte de Manoel. Ao entrevistá-los percebeu que ambos possuíam o sobrenome de “Lobo”. O autor ainda relatou-nos tê-los contado que eram apenas descendentes dos Anhangueras e não dos Lobos e que percebeu que ficaram decepcionados, pois acreditavam até aquele momento serem descendentes sanguíneos dos “Souza Lobos”. Acredita-se que usando da descrição Gouvêa preferiu não inserir em sua obra a realidade genealógica dessas pessoas.

Denota-se, a partir da leitura de Borges (1980) que Alzira continuou mantendo forças mediante a justiça e registrou seus filhos que adquiriu após sair da prisão como filhos legítimos do primeiro marido: Manoel de Souza Lobo. Gouvêia (2014) afirma que “eram filhos naturais: Joaquim Lobo e Maria Laurentina Lobo, e seus pais eram desconhecidos”. (GOUVÊIA, 2014, p. 210) Entende-se que “interferências” eram essas, algo que o próprio Gouvêia aponta como uma influência política e que Borges (1980), Paraguassú (2014) também mencionam em seus relatos referentes à família Anhanguera. Esse, provavelmente era o “medo” que os irmãos de Manoel de Souza Lobo possuíam em relação à justiça de não tomar nenhuma providência no assassinato de seu irmão.

De acordo com Borges (1980), Dona Eulália, apesar de ainda “sofrer provações pelo fato ocorrido no Porto, nunca deixou que se quebrasse o seu porte de nobreza” (BORGES, *Apud* SANTANA 1980, p. 251). Esse porte de nobreza que o autor relata é a postura de mulher que conheceu princípios de uma boa educação, (mesmo não conhecendo a escrita) embora nascendo num berço diferenciado do padrão de seus antecessores, a velha senhora, de acordo com o autor, trazia certa postura que surpreendeu o jornalista Moisés Santana quando recolhia seu depoimento em dezembro de 1907.

Sobre essa mesma questão, Borges (*apud* SANTANA, 1980), em visita a essa senhora, diz que a pobreza tirava o direito de conforto (deveria estar ainda mais pobre), também relata que ela já possuía bisnetos na ocasião e percebeu que, apesar de estar bem de idosa, encontrava-se em pleno gozo de suas faculdades intelectuais e morais e usou seu melhor vestido confeccionado de merimó, (uma lã nobre para uso de vestimentas).

O mesmo autor ainda diz que Dona Eulália relatou com “carinhoso entusiasmo os seus principais períodos vividos, lembrou fases de glórias, serviços à Pátria e ao Estado prestado por seus antecessores, o quanto de bom fora feito pelos portadores do sangue generoso que lhe corria nas veias”. (SANTANA, 1980, p. 252)

Ao ler o relato da entrevista do jornalista Santana (1980), é perceptível que, apesar de estar idosa, Dona Eulália relembra o passado a partir dos momentos de glórias e também das tristezas que viveram os Anhangueras. Nesse sentido, Borges (*apud* Santana, 1980) lembra que Dona Eulália o abraçou e ambos choraram. Pouco tempo depois de Dona Eulália conceder essa entrevista ao jornalista Moisés Santana

morreu aos 87 anos de idade e segundo autor com a alegria de ter pertencido a linhagem dos Buenos.

Borges (1980 *apud* SANTANA, 1980), apresenta Dona Eulália uma mulher emotiva quando a descreve em sua velhice, possivelmente, a enxerga assim por estar idosa e talvez relembrando muito o passado. É provável, que se encontrava naquele momento carente de atenção necessária. Mas, a história que Dona Eulália construiu ao longo de sua vida foi de uma mulher forte e dura, capaz planejar um homicídio.

Embora tendo passado por provações tanto financeiras, sociais e morais conforme já fora discutido anteriormente neste trabalho, como teriam ficado vistas essas duas mulheres, Alzira e Eulália, perante a sociedade em um tempo em que quase tudo que era advindo da mulher era questionado?

Mas essa é outra história...Ou melhor poderá se tornar a sequencia do que aqui foi narrado. Documentos recentemente encontrados e que devido a escassez de tempo para entrega dessa produção não foram inseridos no conteúdo desse texto como: a Ata de casamento de Joaquim Domias Lobo ,filho de Alzira Cassimira do Espírito Santo realizado em casa de residência de Dona Eulália onde a mesma se encontrava presente .

O Juiz de Paz, Joaquim Nunes da Silva faz um registro alongado e diferenciado dos demais que se encontram no livro B – 02. E sobre as, fls 46-47sob o registro de número 73 do Cartório do 1º Ofício de Santa Cruz de Goiás chama Dona Eulália de “excelentíssima senhora”.

Também outro livro referente a tutelas traz a condição de guarda dos filhos de Manoel de Souza Lobo após a morte de Alzira onde os parentes paternos das crianças recebem determinações judiciais de serem os tutores dos órfãos até que eles completem maioridade. Ficam aí pistas para sequencia dessa história!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos Bandeirantes Anhangueras em Goiás povoa o imaginário da população goiana como um herói, sobre essa questão Pacheco (2008) diz que os livros convencionais os destacam como personagens históricos e desbravadores de sertões um fato que leva muitos a crer no falso heroísmo que cerca a trajetória deixada por estes homens.

Eram de fato homens escolhidos pelo regime imperialista. Sua audácia e coragem eram os ingredientes que estimulavam a Coroa Portuguesa a optar pelo trabalho de desbravamento que ofereciam na busca de riquezas a serviço da MetrÓpole.

O papel prestado na captura de escravos e o aprisionamento de indígenas resultou numa somatória que acabou dando certo destaque ao trabalho que Bartolomeu Bueno da Silva fez através da organização da Bandeira que adentrou às terras goianas

Recebendo o apelido de Anhanguera ou Diabo Velho tornou-se temido e por intermédio do prestÍgio que adquiriu recebeu da Corte portuguesa direitos de locais onde foram explorados por ele e por seus descendentes.

O poder que Bartolomeu concentrou acabou lhe trazendo consequências oriundas de seus inimigos, pois foi acusado de receber propina e de ser infiel ao Rei de Portugal que mandou confiscar seus bens, e isso transformou a vida do Bandeirante e de seus descendentes num ciclo de perseguição e dificuldades.

Estes foram aspectos retratados no primeiro capítulo que parece ter alcançado o objetivo relacionado ao papel do Bandeirante, e no segundo capítulo possuímos como foco duas personagens, sendo elas Eulália de Araújo Anhanguera e sua filha Alzira Cassimira do Espírito Santo.

Duas mulheres ousadas e diferenciadas ao tempo em que viveram. Fortes, possuidoras de influência e que pouco se importavam com o que a sociedade tradicional santacruzana pensava a seu respeito. Hora eram vítimas e hora eram verdadeiras articuladoras e que em meio aos seus atos prepararam o assassinato de Manoel de Souza Lobo.

Acreditamos que os objetivos foram quase que cumpridos por completo, porém ainda ficou algo a desejar, a dificuldade quanto a possibilidade de estar em nossas mãos o processo no qual Dona Alzira e Dona Eulália foram indiciadas poderia trazer à tona

outros questionamentos que não foram evidenciados nas fontes nem na bibliografia. Está a critério de outro que tenha o interesse em dar continuidade às questões que envolveram essas duas senhoras no crime “utilizar” desse trabalho, pois aqui fica a oportunidade e as pistas para a produção de um texto com teor mais amplo.

Com o desenvolvimento do trabalho, naturalmente foram aparecendo dificuldades, questionamentos e muita confusão, sobretudo quando surge a dúvida. Quem é quem? Quem era o Bartolomeu Bueno pai e quem era o filho? As informações de ambos são assemelhadas o que se torna fácil “distorção” na história.

Outro ponto importante focado neste trabalho foi o motivo pelo qual os descendentes do Anhanguera se instalaram às margens do rio Corumbá, as desavenças existentes entre eles com outras pessoas e os motivos que os levavam a viver em estado de desprezo da metrópole.

Também as pessoas as quais estavam no convívio de Eulália e de sua filha Alzira normalmente possuíam certa reprovação da sociedade santacruzana, fato adicionado em quase todos os livros usados na conclusão deste trabalho, este talvez também seja um ponto para uma futura pesquisa que derrubaria a visão de Borges ( apud Moisés Santana ,1986 ).

Creio que a conclusão do trabalho trouxe-nos uma maneira diferenciada de pensar em relação a história dessas duas senhoras, pois outrora trazíamos das mesmas uma ideia de mulheres sofredoras vitimadas pelo comportamento e pelas ações de seus antepassados e que hoje vigora em nosso pensamento um fator de “ luta contra a resistência”.

E concluindo, podemos fazer questionamentos referentes ao tempo, fatores que, aos nossos olhos pareciam ser equivocados, como a exemplo os “desvios de condutas” e que fazia parte do cotidiano das pessoas que viveram num período onde tudo parecia ser reprovado e que na realidade assemelha muito ao tempo presente.

Apesar de ter comportamentos considerados indevidos para a época, Dona Alzira casou com o santacruzano Manoel de Souza Lobo que fazia parte de uma família bem-sucedida no Estado de Goiás, mas o casamento durou pouco, pois a esposa “teve desvio de conduta moral”, e o seu marido, estabeleceu em Santa Cruz um novo lar com uma concubina, distribuindo com ela sua fortuna.

Revoltado com a infidelidade da esposa e apaixonado pela amante, Manoel Lobo, encomendou mercadorias para o comércio em Santa Cruz para viver com sua segunda mulher. Ao descobrir tal ato, focada na possível condição que o esposo estaria

desviando o patrimônio da família para agradar a amante, a senhora Alzira Cassimira do Espírito Santo mandou assassinar o marido, sendo presa, julgada e absolvida por influencias e por sua linhagem.

Diante desse fato, é possível indagar que a traição partiu mesmo de Dona Alzira, e não de Manoel Lobo? Devido ter outro lar, Manoel deixaria sua descendência desprovida? O que aconteceu com Zenóbia após a morte de Manoel? Como vivem hoje os descendentes dos Anhanguera? Ainda ocupam as terras às margens do Rio Corumbá? São questões que deixaremos a fim de que futuros historiadores possam pesquisar e dar continuidade a essa indagação.

## **LISTA DE FONTES**

SANTANA, Moisés. **Vida e Obra**. Goiânia: Cerne, 1980.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José M. P. de. **Anais da Província de Goiás**. Goiânia: SUDECO, 1979.

AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e Comportamento: Os Valores Presentes no Discurso da Revista Veja**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação).

BRUNO, Ernani Silva. **Viagem ao país dos paulistas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

BLOCH, Marc. **A apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, pp. 69-87.

CAMPOS, Júnior, Paulo Borges. **A locomotiva nas fronteiras [manuscrito]: o veículo das transformações em Goiás – 1913-1940**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio Ambientais, 2014. (Tese de Doutorado)

CASTELEINS, Vera Lúcia (et all). **Mulheres Sociedade Colonial, Época do Império e nos Dias Atuais**. 2004. Disponível no site: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/CI/TC-CI0036.pdf>. Acesso em 17/05/2017.

GARCIA, João. **Caminhos do ouro**. Campinas, S.P.: Empresa Regional de Comércio Eletrônica, 2004. 208p.

GOUVÊA, Paulo de Tarso Lira. **O Caçador de Lobos: a saga da Família Sousa Lobo de Goiás- Brasil pelos séculos**. Goiânia: kelps, 2014.

MAGALHÃES, Carlos Pereira. **Cartas de Goiás**. Goiânia: editora de Letra em Letra, 2004.

PACHECO, Ana Cláudia Marques. **As Representações Sobre o Bandeirante: Heroísmo e Civilização na Tentativa de Formação da Identidade Mato-grossense (1922 – 1946)**. Dourados-MS: UFGD, 2008. (Dissertação apresentada ao programa de Pós- Graduação em História – Faculdade de Ciências Humanas)

PERIRA NETO, Olímpio. **Orizona Campo e Cidade**. 2º Ed. Orizona-Go, 2010

PARAGUASSÚ, Aparecida Teixeira de Fátima. **Santa Cruz de Goiás, a veneranda dama antiga do sul goiano**. Goiânia: Ellite, 2014.

PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

SAMARA, Eni M., JUPY, Ismênia S. S. T. **História & Documentos e Metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte: Autentica 2007.

SANTANA, Moisés. **Vida e Obra**. Goiânia: Cerne, 1980

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed, 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. 203 p.

VALLE, Franco Della. “Vida e morte do bandeirante: história e afeto do passado de São Paulo”. **In: Intellèctus**. Ano XIV, n. 2, 2015. Disponível no site: [www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/.../21017/15160](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/.../21017/15160). Acesso em 13/11/2016.

VILAR, Leandro. **Seguindo os passos da História**. Disponível em: <http://seguidopassshistoria.blogspot.com.br/2014/01/a-fonte-historica-e-suaspossibilidades.html>.> Acessado em: 23 julh. 2016.

REIS, Andréia Mocelin. PELLANDA, Gabriela. SILVA, Graciele Santos. REMPEL, Luciene. SILVA, Tassia Tatiana da. **Mulheres na Sociedade Colonial, Época do Império e nos dias atuais**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/CI/TC-CI0036.pdf>. > Acessado em 23 de junho 2017.